

EMENDA Nº - CMMPV 1340/2026  
(à MPV 1340/2026)

Dê-se ao *caput* do art. 1º da Medida Provisória a seguinte redação:

“**Art. 1º** Fica autorizada a concessão, pela União, de subvenção econômica à comercialização de óleo *diesel* de uso rodoviário no território nacional, sob a forma de equalização de parte dos custos a que estão sujeitos os produtores e os importadores de óleo *diesel*, no valor de R\$ 0,32 (trinta e dois centavos de real) por litro, a partir de 12 de março de 2026, limitado a 10 de julho de 2026 e observado o disposto no art. 2º.

.....”

### JUSTIFICAÇÃO

A MP 1340/2026 foi apresentada como uma medida emergencial e temporária, destinada a mitigar os efeitos imediatos da elevação dos preços internacionais do petróleo decorrente de tensões geopolíticas e seus impactos sobre o preço do diesel no mercado interno. Nesse contexto, a concessão de subvenção se justifica como instrumento excepcional de estabilização de preços.

Entretanto, a previsão de vigência até o final do ano amplia de forma excessiva o alcance da medida, convertendo um mecanismo emergencial em subsídio prolongado, com impacto fiscal relevante e potencial de distorção na formação de preços do mercado de combustíveis. Por isso, a presente emenda tem por objetivo adequar



o prazo de vigência da subvenção econômica prevista na Medida Provisória, reduzindo-o ao período de 120 dias.

Ao estabelecer o prazo até 10 de julho de 2026, preserva-se o caráter emergencial da política pública, garantindo ao mesmo tempo tempo suficiente para a mitigação dos efeitos conjunturais sobre o mercado, sem comprometer a previsibilidade e a responsabilidade fiscal.

Dessa forma, assegura-se a proporcionalidade, temporariedade e coerência com a natureza excepcional da medida, permitindo que o Congresso Nacional reavalie oportunamente a necessidade de manutenção de eventuais mecanismos de apoio.

Por essas razões, propõe-se a aprovação da presente emenda.

Sala da comissão, 17 de março de 2026.

